Ata n.º 2

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, conforme caraterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Licenciamento e Responsabilidade Ambiental (DLRA), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos 29 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 28 de setembro de 2022, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:
Presidente: Marco Santos Nunes, Diretor de Serviços de Controlo;
1º Vogal Efetivo: Rui Luís de Sousa Cordeiro, técnico superior da Delegação Regional do Oeste, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
2º Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. **Análise das candidaturas**
II. **Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso**
III. **Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar**
IV. **Marcação da data dos métodos de seleção**
V. **Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova**
VI. **Notificação aos candidatos**

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 3 candidatos a seguir identificados:
   - António Paulo Vilhena Delgado Sousa
   - Pedro de Almeida Baltazar Esteves Felgas
   - Vasco André Ferreira Dias Mateus

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 13.º e 15.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e da Oferta de Emprego OE202212/0224, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 12 de dezembro de 2022.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:
   - António Paulo Vilhena Delgado Sousa
   - Pedro de Almeida Baltazar Esteves Felgas
   - Vasco André Ferreira Dias Mateus

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caraterizadoras do posto de trabalho em causa, os seguintes:
   - António Paulo Vilhena Delgado Sousa
   - Pedro de Almeida Baltazar Esteves Felgas
   - Vasco André Ferreira Dias Mateus

2. Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista de avaliação de competências (EAC), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202212/0224.

3. Ainda nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, os métodos de seleção podem ser de forma faseada. O júri decidiu que os métodos de seleção serão aplicados num único momento, em função do número reduzido de candidatos.

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 19 de janeiro de 2023, pelas 10H00 para a Prova de Conhecimentos (PC) e pelas 14H00 para a Entrevista de avaliação de competências (EAC), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.
Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

Marco Santos Nunes

1º Vogal Efetivo

Rui Luís de Sousa Cordeiro

2º Vogal Efetivo

Rui Manuel Gonçalves Paulo